



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE)
Campus Igarassu
Coordenação do Curso Superior de Bacharelado em Administração (CSBA)
Curso de Graduação em Administração

BEATRIZ DA SILVA SANTOS

**CONHECIMENTO E USO DO PROGRAMA ID JOVEM NA ESCOLA SANTOS
COSME DAMIÃO EM IGARASSU**

IGARASSU
2025

BEATRIZ DA SILVA SANTOS.

**CONHECIMENTO E USO DO PROGRAMA ID JOVEM NA ESCOLA SANTOS
COSME DAMIÃO EM IGARASSU**

Monografia apresentada à Coordenação Superior de Bacharelado em Administração (CSBA) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), Campus Igarassu, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientação: Prof^a Me. Josefa Renata Queiroz da Costa Gomes

IGARASSU
2025

S237c Santos, Beatriz da Silva
Conhecimento e uso do programa ID Jovem na Escola Santos Cosme
Damião em Igarassu. / Beatriz da Silva Santos. — Igarassu, A autora,
2025.
43f.

Orientadora: Prof^a Me Josefa Renata Queiroz da Costa Gomes

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Administração).
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. –
Campus Igarassu . Coordenação do Curso Superior de Bacharelado
em Administração,2025.

1.Programa Identidade Jovem(ID Jovem).2.Inclu-
são social – jovem . 3. Políticas públicas. I. Título. II. Gomes, Josefa
Renata Queiroz da Costa. III. Instituto Federal de Educação de Per-
nambuco.

CDD 360

Catálogo na fonte: Bibliotecária : Maria Amanda Cabral CRB4 /1442



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS IGARASSU

ATA DE DEFESA

Ata de defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da senhora BEATRIZ DA SILVA SANTOS, do Curso Superior de Bacharelado em Administração, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Aos vinte e quatro do mês de fevereiro de 2026, de forma online através da sala do meet <https://meet.google.com/aoj-irmu-pcf>, realizou-se a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da senhora BEATRIZ DA SILVA SANTOS, apresentada para obtenção do título de Bacharel em Administração, intitulada:

“CONHECIMENTO E USO DO PROGRAMA ID JOVEM NA ESCOLA SANTOS COSME DAMIÃO EM IGARASSU”

Após declarada a abertura da sessão, a Sra Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Resultado
Josefa Renata Gomes de Queiroz	(Presidente da Banca)	8,0
Michelle Silva de Oliveira Cedraz	(Avaliador Interno)	8,0
Danilo Soares Cavalcanti Gomes	(Avaliador externo)	8,0

Resultado Final: 8,0

Eu, Josefa Renata Queiroz da Costa Gomes, lavrei a presente ata, que assino juntamente com as senhoras. Igarassu – PE, 24 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA CEDRAZ**
Data: 16/04/2026 16:01:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **DANILO SOARES CAVALCANTI GOMES**
Data: 01/06/2026 17:24:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliadora Externa

Documento assinado digitalmente
 **JOSEFA RENATA QUEIROZ DA COSTA GOMES**
Data: 01/06/2026 18:21:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente da Banca

Obs.: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada e, portanto, a aluna faz jus ao título de Bacharel em Administração obtido no Curso Superior de Bacharelado em Administração do IFPE – Campus Igarassu.

Coordenadora do Curso

Documento assinado digitalmente
 **MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA CEDRAZ**
Data: 16/04/2026 16:06:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Michelle Silva de Oliveira Cedraz
Diretora de Ensino do IFPE – Campus Igarassu

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, à minha mãe, Luciene, que acreditou em mim quando decidi deixar meu trabalho para seguir o sonho de estudar. Vindo de uma família em que muitos não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever ou sequer concluir o ensino fundamental, sua confiança em mim representou muito mais do que apoio: foi a certeza de que eu poderia quebrar barreiras e construir uma nova história.

Durante todos esses anos de faculdade, enfrentei desafios, dificuldades e momentos em que pensei em desistir. No entanto, foi o amor, o incentivo e a confiança da minha mãe que me deram forças para continuar e seguir em frente, mesmo quando o caminho parecia impossível.

Dedico também à minha irmã, Eluana, que, mesmo distante, sempre esteve presente em minha caminhada. Seu apoio, suas palavras de incentivo e sua confiança em meu potencial foram fundamentais para que eu continuasse acreditando nos meus sonhos, buscando novos conhecimentos e enfrentando cada desafio com coragem.

Estendo esta dedicatória a todas as pessoas que caminharam ao meu lado ao longo destes quatro anos e meio de graduação. Aos familiares, amigos, colegas, professores e a todos que, de alguma forma, contribuíram para minha formação, ofereceram uma palavra de incentivo, compartilharam conhecimentos, acreditaram na minha capacidade e me encorajaram a não desistir diante das dificuldades.

Esta conquista não pertence apenas a mim. Ela carrega um pouco de cada pessoa que fez parte dessa trajetória, que esteve presente nos momentos de aprendizado, de superação e de crescimento. A todos vocês, minha eterna gratidão. Este trabalho é dedicado com carinho, respeito e reconhecimento por terem contribuído para a realização de um sonho que hoje se torna realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de forma especial, à professora Michelle Cedraz, por todo o apoio, dedicação e incentivo ao longo da minha trajetória acadêmica. Sua atuação como professora e coordenadora foi fundamental para o meu desenvolvimento, sempre oferecendo orientação, compreensão e encorajamento nos momentos em que mais precisei.

Minha sincera gratidão à professora Renata Queiroz, que, além de contribuir para minha formação como docente, aceitou a importante missão de orientar este trabalho. Agradeço pela paciência, pelos ensinamentos, pela disponibilidade e por todo o conhecimento compartilhado durante a construção deste TCC. Sua orientação foi essencial para que este projeto fosse concluído com êxito.

Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, compartilhando conhecimentos, experiências e valores que levarei para minha vida profissional e pessoal.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta conquista.

Meu muito obrigado a todos que fizeram parte desta jornada.

RESUMO

Esta pesquisa teve como finalidade avaliar o nível de conhecimento dos jovens que conhecem o programa ID Jovem, que oferece vantagens como meia-entrada em eventos culturais e transporte interestadual gratuito para pessoas de baixa renda com idade entre 15 e 29 anos. O levantamento foi feito com 757 estudantes, em sua maioria com idades entre 15 e 18 anos, e possibilitou identificar tanto o nível de informação quanto as dificuldades no acesso ao benefício. Os resultados mostraram que 68% dos participantes conhecem o direito à meia-entrada, mas somente 35% sabem que é preciso estar registrado no CadÚnico e atender aos critérios de renda familiar para utilizar o programa. Além disso, ficou evidente que a divulgação do ID Jovem é limitada: muitos estudantes afirmaram nunca ter visto campanhas ou informações sobre o programa em redes sociais ou no ambiente escolar. Entre as principais sugestões dadas pelos jovens estão a inclusão do transporte urbano gratuito e a oferta de cursos de capacitação profissional. Os dados reforçam a importância do transporte público como instrumento de inclusão social e mostram que a efetividade do ID Jovem está diretamente ligada a uma comunicação mais eficiente e acessível. Para que o programa alcance um número maior de beneficiários, é fundamental investir em ações educativas contínuas e em estratégias de divulgação que realmente dialoguem com o público jovem, promovendo a cidadania, a equidade e o acesso a direitos fundamentais.

Palavras-chaves: ID Jovem; Inclusão; Políticas públicas.

ABSTRACT

This survey aimed to assess young people's awareness of the ID Jovem program, which offers benefits such as half-price tickets to cultural events and free interstate transportation for low-income individuals aged 15 to 29. The survey included 757 students, mostly between the ages of 15 and 18, and identified both their level of information and difficulties in accessing the benefit. The results showed that 68% of participants were aware of their entitlement to half-price tickets, but only 35% knew that they must be registered with CadÚnico and meet the family income criteria to participate in the program. Furthermore, it became clear that publicity for ID Jovem is limited: many students stated that they had never seen campaigns or information about the program on social media or in schools. Among the main suggestions made by young people were the inclusion of free urban transportation and the offering of professional training courses. The data reinforce the importance of public transportation as an instrument of social inclusion and demonstrate that the effectiveness of ID Jovem is directly linked to more efficient and accessible communication. For the program to reach a greater number of beneficiaries, it is essential to invest in ongoing educational initiatives and outreach strategies that truly connect with young people, promoting citizenship, equity, and access to fundamental rights.

Keywords: ID Jovem; Inclusion; Public policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativa dos programas ID Jovem e PACES	17
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFPE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

ID Jovem – Programa Identidade Jovem

PACES – Programa de Auxílio à Conectividade dos Estudantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EREM – Escola de Referência em Ensino Médio

DF – Distrito Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 – Perfil dos respondentes	24
Figura 3 – Números de divulgação geral do programa	25
Figura 4 – Compreensão dos benefícios	26
Figura 5 – Acesso e facilidade de cadastro	27
Figura 6 – Conhecimento sobre o CadÚnico	27
Figura 7 – Conhecimento sobre o critério de renda	29
Figura 8 – Ampliação dos benefícios do ID Jovem	29
Figura 9 – Possibilidade de variação nos transportes	30
Figura 10 – Ampliação de oportunidades educacionais e profissionais	31
Figura 11 – Percepção sobre o benefício da meia-entrada	32
Figura 12 – Divulgação do programa nas mídias sociais	33
Figura 13 – Divulgação do programa nas escolas	33
Figura 14 – Nível de informação geral	34

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
LISTA DE QUADROS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	v
1 INTRODUÇÃO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 A importância do ID Jovem e seus benefícios.....	15
2.2 ID Jovem e iniciativas similares: uma análise comparativa.....	16
2.3 O ID Jovem como forma de acesso à mobilidade urbana.....	19
3 METODOLOGIA.....	21
4 RESULTADOS.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos estudantes.....	41

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social e a promoção da cidadania são pilares fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa. Programas governamentais direcionados a jovens de baixa renda desempenham um papel crucial nesse contexto, oferecendo oportunidades que, muitas vezes estão fora do alcance desses jovens devido a barreiras econômicas e sociais.

Um exemplo de tais programas é o Programa Identidade Jovem (ID Jovem), uma iniciativa do governo brasileiro que visa proporcionar a inclusão social de jovens de baixa renda. Este programa oferece benefícios como meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer, além de vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual. Entretanto, a eficácia do programa depende, em grande parte, do conhecimento e da adesão dos jovens elegíveis.

De acordo com Silva e Almeida (2018), iniciativas de inclusão social como o ID Jovem são fundamentais para criar um ambiente onde todos os jovens tenham acesso a oportunidades culturais e educacionais, independentemente de sua condição socioeconômica, o acesso a eventos culturais e esportivos contribui significativamente para a formação cidadã dos jovens, promovendo um senso de pertencimento e integração social.

Freire (2000), em seu estudo sobre educação popular, enfatiza que a verdadeira inclusão social vai além do acesso à recursos materiais; é necessário também garantir que os indivíduos compreendam seus direitos e como acessar os benefícios disponíveis. Nesse sentido, programas como o ID Jovem devem ser acompanhados de estratégias eficazes de divulgação e educação, assegurando que os jovens estejam plenamente informados sobre os benefícios a que têm direito e como utilizá-los.

A literatura acadêmica também destaca a importância de tais programas para a mobilidade social. Pereira e Souza (2019) identificam que o acesso facilitado ao transporte coletivo interestadual, por exemplo, pode expandir as oportunidades educacionais e profissionais dos jovens, permitindo-lhes explorar e aproveitar oportunidades fora de suas localidades de origem. Este aspecto é particularmente relevante em regiões menos desenvolvidas, onde as opções locais podem ser limitadas.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2020, aproximadamente 25% da população brasileira era composta por jovens entre 15 e 29 anos, dos quais uma parcela significativa se enquadra nos critérios de elegibilidade do ID Jovem.

Diante deste cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte pergunta: qual é o nível de conhecimento dos jovens sobre o programa ID Jovem na Escola Santos Cosme e Damião, em Igarassu?

O objetivo geral é avaliar o nível de conhecimento dos jovens sobre o programa governamental ID Jovem na Escola Santos Cosme Damião em Igarassu. Como objetivos específicos, este estudo busca:

- Identificar a porcentagem de jovens que têm conhecimento sobre o programa;
- Verificar o grau de compreensão dos benefícios oferecidos aos beneficiários;
- Analisar as principais fontes de informação utilizadas pelos estudantes para conhecer o programa.

A relevância deste estudo está em compreender como o programa Identidade Jovem (ID Jovem) é conhecido e utilizado pelos estudantes de uma escola pública em Igarassu, buscando avaliar seu alcance como política de inclusão social. A pesquisa se justifica pela importância de identificar as dificuldades que ainda impedem muitos jovens de acessar os benefícios do programa e de refletir sobre as formas de melhorar sua divulgação e aplicação. Além disso, o trabalho contribui para fortalecer o diálogo entre escola e políticas públicas, oferecendo informações que podem ajudar na construção de ações mais eficazes voltadas à juventude e à promoção da cidadania.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A juventude de baixa renda no Brasil enfrenta desafios históricos para acessar direitos sociais, culturais e educacionais. Diante desse cenário, as políticas públicas voltadas a esse grupo tornam-se fundamentais para reduzir desigualdades e promover inclusão social. Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Identidade Jovem (ID Jovem), que busca garantir benefícios voltados à mobilidade e à participação cultural de jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade econômica. A presente fundamentação teórica aborda a importância do ID Jovem e seus benefícios, bem como os entraves à sua efetiva implementação, com base em estudos e contribuições de autores que discutem o papel das políticas públicas na garantia de direitos e na construção da cidadania juvenil.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO ID JOVEM E SEUS BENEFÍCIOS

O Programa Identidade Jovem (ID Jovem) representa uma importante ferramenta de inclusão social ao garantir benefícios que reduzem barreiras econômicas e ampliam o acesso de jovens de baixa renda à cultura, ao lazer e à mobilidade. Por meio da meia-entrada em eventos e do transporte interestadual gratuito ou com desconto, o programa busca democratizar oportunidades e fortalecer o exercício da cidadania. De acordo com estudos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2022) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2023), políticas voltadas à juventude têm alcançado maior efetividade quando combinam benefícios materiais a estratégias de informação acessível e acompanhamento constante dos resultados.

A literatura recente destaca que a inclusão social vai além da simples oferta de benefícios; ela requer continuidade, monitoramento e engajamento dos próprios beneficiários. Moura (2016) já defendia a necessidade de parcerias entre escolas, governos locais e organizações comunitárias para fortalecer a divulgação e o protagonismo juvenil. Ao refletir sobre essa proposta, percebe-se que tais parcerias são mais eficazes quando envolvem ações intersetoriais que unem educação, assistência social e comunicação pública, assegurando que os jovens conheçam seus direitos e saibam como exercê-los.

Além disso, a ampliação da mobilidade proporcionada pelo ID Jovem tem impacto direto nas trajetórias educacionais e profissionais. O Ipea (2023) aponta que o acesso facilitado ao transporte amplia as possibilidades de estudo e trabalho, especialmente em regiões periféricas. Compreende-se, portanto, que o programa não deve ser visto apenas como um benefício pontual, mas como uma política estruturante de inclusão, capaz de promover autonomia e pertencimento social entre os jovens.

Em síntese, o ID Jovem consolida-se como política pública estratégica, mas sua efetividade depende de práticas contínuas de divulgação, integração institucional e avaliação participativa. Ao adotar essa perspectiva crítica, o presente estudo busca compreender não apenas o grau de conhecimento dos jovens sobre o programa, mas também as condições que determinam sua real efetividade como instrumento de inclusão.

2.2 ID JOVEM E INICIATIVAS SIMILARES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Além do ID Jovem, outras políticas públicas têm buscado ampliar o acesso dos jovens brasileiros a direitos fundamentais, com diferentes enfoques e resultados. Entre elas, destacam-se o Programa Juventude em Ação, voltado ao desenvolvimento socioemocional e à capacitação profissional (SÃO PAULO, 2021), e o Programa de Acesso à Educação Superior (PACES), que apoia a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior (BRASIL, 2023). Essas iniciativas, assim como o ID Jovem, evidenciam a diversidade de abordagens nas políticas de juventude — variando entre os eixos cultural, educacional e profissional.

Ao comparar essas políticas, percebe-se que a inclusão social vai além da oferta de benefícios; ela exige continuidade, monitoramento e participação ativa dos beneficiários. Essa constatação reforça que o sucesso de qualquer política de juventude depende da integração entre diferentes áreas de governo e do diálogo constante com o público atendido. O relatório do MMFDH (2022) destaca, por exemplo, que programas isolados tendem a gerar impactos limitados, enquanto ações articuladas em rede — envolvendo educação, trabalho, transporte e cultura — produzem resultados mais duradouros.

O ID Jovem se diferencia por promover o acesso simbólico e material à cultura e à mobilidade, dimensões reconhecidas pela ONU (2023) como fundamentais para o desenvolvimento humano sustentável. Entretanto, a análise crítica dessas políticas revela que o desafio central não está apenas em criar programas, mas em garantir que eles sejam percebidos e apropriados pelos jovens como espaços de participação e cidadania. Isso requer comunicação acessível, avaliação contínua e abertura para adaptações conforme as demandas sociais.

Portanto, compreender o ID Jovem em diálogo com programas como o Juventude em Ação e o PACES permite reconhecer que políticas de juventude eficazes não podem ser pontuais nem setoriais. Devem constituir um sistema integrado de oportunidades, em que cada ação contribua para reduzir desigualdades, fortalecer vínculos comunitários e estimular o protagonismo juvenil.

Quadro 1 – Comparativo entre os programas ID Jovem e PACES

Programa	ID Jovem (Identidade Jovem)	PACES (Programa de auxílio à conectividade dos estudantes)
Objetivo principal	Ampliar o acesso à cultura e mobilidade interestadual.	Garantir acesso à internet para estudantes de baixa renda.
Público-alvo	Jovens de 15 a 29 anos, com renda familiar de até dois salários mínimos e inscritos no CadÚnico.	Estudantes de baixa renda, prioritariamente da rede pública.
Abrangência	Nacional	Nacional
Benefícios oferecidos	Meia-entrada em eventos culturais e esportivos. Passagens interestaduais gratuitas ou com desconto.	Auxílio financeiro para pacote de dados para acesso à internet.
CrITÉrios de acesso	Inscrição no CadÚnico e NIS ativo.	Matrícula em instituição de ensino, renda familiar e inscrição no CadÚnico.

Forma de acesso	Aplicativo ID Jovem ou site oficial.	Cadastro por meio das instituições de ensino ou plataformas do MEC.
Foco social	Inclusão social, mobilidade e acesso à cultura.	Inclusão digital e acesso à educação remota.

Fonte: ID Jovem e PACES 2025.

Portanto, a comparação entre o ID Jovem, o Juventude em Ação e o PACES destaca a importância de uma abordagem integrada nas políticas públicas voltadas para a juventude. Cada programa, com suas características únicas, contribui para um ecossistema de apoio que é fundamental para o desenvolvimento pleno dos jovens. Como observa Silva (2020; s.p), “a articulação entre diferentes iniciativas é crucial para garantir que todos os aspectos da vida dos jovens sejam atendidos, promovendo assim uma inclusão social mais efetiva e sustentável”.

2.3 O ID JOVEM COMO FORMA DE ACESSO À MOBILIDADE URBANA.

O transporte coletivo é um dos principais fatores de mobilidade e inclusão social no Brasil. A Constituição de 1988 e a Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) asseguram o transporte como direito de todos os cidadãos. No entanto, o acesso desigual e os altos custos das tarifas ainda limitam a locomoção de jovens de baixa renda. Essa realidade reforça que o ID Jovem, ao garantir transporte interestadual gratuito, atua não apenas como benefício, mas como mecanismo de justiça social.

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) ampliou esse direito, reservando vagas gratuitas e com desconto em viagens interestaduais para jovens cadastrados no CadÚnico. Essa conquista legal representa um marco, mas sua eficácia depende da divulgação e da adesão real dos beneficiários, o que ainda é um desafio. Percebe-se, assim, que o problema das políticas públicas muitas vezes não está em sua formulação, mas em sua implementação e alcance social.

Estudos recentes do Ipea (2023) indicam que a mobilidade influencia diretamente o acesso à educação e ao trabalho, especialmente entre jovens periféricos. Dessa forma, políticas como o ID Jovem não devem ser avaliadas apenas pelo número de passagens concedidas, mas pelo impacto que produzem na ampliação de oportunidades e na redução das desigualdades territoriais. Ao se compreender o transporte como vetor de cidadania, o programa ganha relevância estratégica dentro do conjunto de políticas de juventude.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o transporte como um direito fundamental, cabendo ao Estado garantir o acesso universal por meio de políticas públicas específicas. Além disso, a Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) determina que o transporte coletivo deve ser acessível a toda a população, com itinerários e tarifas fixados pelo poder público. Entretanto, a realidade do transporte no Brasil apresenta inúmeros desafios, como a qualidade do serviço, a insuficiência de infraestrutura e os altos custos das tarifas. Esses problemas foram amplamente debatidos durante as manifestações populares de 2013, quando a população expressou insatisfação com as condições do transporte coletivo e com a gestão pública do setor. Em resposta, algumas cidades implementaram medidas como o

passage livre estudantil, demonstrando a possibilidade de políticas mais inclusivas para atender às demandas da população (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

O transporte interestadual, por sua vez, é regulamentado pela União, que busca garantir a acessibilidade por meio de legislações específicas. Um marco importante foi o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, que estendeu o direito ao passe livre, anteriormente exclusivo a pessoas com deficiência, para jovens de baixa renda. De acordo com a lei, são reservadas duas vagas gratuitas e duas vagas com desconto de 50% para jovens em cada veículo do transporte interestadual. Essas medidas são particularmente importantes em um país onde o transporte coletivo ainda é a principal forma de deslocamento de grande parte da população (Barcellos Oliveira, 2023).

Embora avanços tenham sido registrados, o acesso ao transporte coletivo no Brasil permanece desigual, especialmente em áreas periféricas ou em regiões com infraestrutura deficiente. Em muitos municípios, as tarifas elevadas e a baixa qualidade do serviço dificultam o uso do transporte público por parte da população de baixa renda. Já no transporte interestadual, as empresas operadoras enfrentam desafios relacionados à manutenção de veículos, cumprimento de legislações e oferta de um serviço de qualidade que atenda às necessidades dos passageiros (IPEA, 2019).

Para enfrentar essas questões, pode-se esperar que os gestores públicos promovam melhorias na infraestrutura, ampliem os investimentos e regulamentem de forma eficaz as políticas de transporte coletivo. Além disso, iniciativas como o fortalecimento do passe livre e a ampliação de programas voltados à mobilidade podem contribuir significativamente para reduzir desigualdades e garantir que o direito ao transporte seja efetivamente acessível a todos os brasileiros.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados neste estudo, detalhando o desenho da pesquisa, a população e amostra, os instrumentos de coleta de dados, bem como os procedimentos de análise utilizados. A intenção é fornecer transparência e rigor científico, permitindo compreender como os dados foram coletados, tratados e interpretados, bem como a relação entre os objetivos da pesquisa e os métodos aplicados.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, por se tratar de um estudo que busca compreender percepções, experiências e interpretações dos adolescentes em relação ao programa ID Jovem, fenômenos que não podem ser plenamente capturados por dados quantitativos. A pesquisa é classificada como exploratória, pois visa investigar um tema ainda pouco estudado, buscando ampliar o conhecimento sobre o uso e a percepção dos benefícios do programa pelos jovens. Além disso, possui caráter descritivo, pois descreve de forma detalhada as características da população estudada e as situações observadas, sem manipulação de variáveis, permitindo uma compreensão aprofundada do contexto analisado.

A investigação busca compreender como os adolescentes compreendem e utilizam os benefícios do programa ID Jovem, identificando também os desafios enfrentados para seu acesso e efetividade.

A pesquisa foi realizada com estudantes de 15 a 18 anos matriculados em uma escola pública estadual de grande porte, reconhecida por suas práticas pedagógicas voltadas ao protagonismo juvenil na cidade de Igarassu localizada no estado de Pernambuco. A seleção da instituição baseou-se em sua expressiva representatividade no município, no número significativo de alunos que se enquadram na faixa etária atendida pelo programa e na viabilidade de acesso institucional. A coleta de dados foi autorizada pela direção da escola em setembro de 2024 e realizada nos dias 20 e 21 de março de 2025. Inicialmente, realizou-se um levantamento documental com base em legislações, documentos oficiais e literatura científica sobre o programa ID Jovem, a fim de compreender seus objetivos, diretrizes e estratégias de implementação.

A amostragem foi do tipo intencional, com a finalidade de contemplar diferentes perfis sociais e econômicos dos estudantes. Os critérios utilizados para a seleção incluíram idade (entre 15 e 18 anos), matrícula ativa, renda familiar e local de residência (urbano ou rural). A operacionalização desses critérios foi realizada com o apoio da coordenação pedagógica e por meio da análise dos registros escolares. Ao todo, 1.046 estudantes estavam aptos a participar da pesquisa. Desses, 756 responderam ao questionário, 34 recusaram-se a participar e 256 estavam ausentes nos dias da aplicação, totalizando 34 turmas envolvidas.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, composto por três seções: a primeira abordou dados sociodemográficos; a segunda, o conhecimento dos estudantes sobre o programa; e a terceira, o uso e as percepções relacionadas aos benefícios ofertados. As perguntas foram elaboradas, em sua maioria, em escala do tipo Likert, com cinco níveis de concordância, e complementadas por perguntas abertas que permitiram a expressão de opiniões, sugestões e relatos de experiências. Antes da aplicação oficial, o questionário passou por um pré-teste com 20 estudantes com perfil semelhante ao da amostra, o que possibilitou ajustes na linguagem e na estrutura das questões, garantindo maior clareza e coerência no instrumento.

A análise das respostas abertas foi realizada com base na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que consiste em um método sistemático de tratamento das informações textuais, permitindo identificar padrões, categorias e temas recorrentes no material coletado. A análise de conteúdo, na vertente temática, possibilita organizar e interpretar as respostas dos participantes de maneira estruturada, garantindo rigor e validade aos resultados.. O processo analítico seguiu três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. As respostas foram codificadas manualmente, com categorias definidas de forma indutiva, a partir da leitura exaustiva do conteúdo. Embora não tenha sido utilizado software específico, foram seguidos critérios de exaustividade, representatividade e relevância para assegurar a validade da análise. A escolha do número de participantes teve como base a intenção de representar, de maneira significativa, o universo de estudantes elegíveis da escola, considerando a diversidade de perfis sociais e econômicos. A validade dos dados foram reforçadas

por meio da triangulação entre diferentes tipos de perguntas (fechadas e abertas), da revisão por pares durante a análise e da devolutiva parcial dos achados à equipe pedagógica da escola.

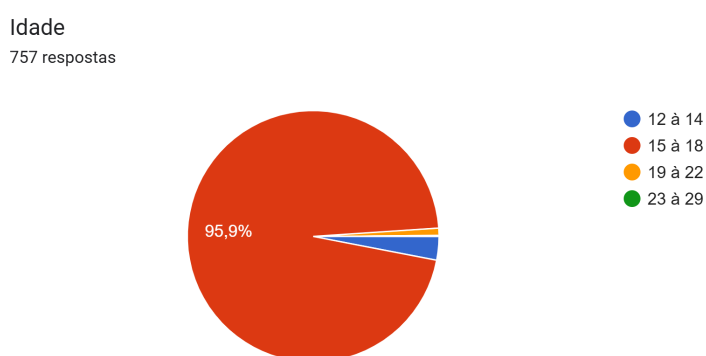
A coleta e a análise dos dados foram orientadas por quatro objetivos específicos: identificar o nível de conhecimento dos estudantes sobre os direitos e critérios de acesso ao programa; investigar a frequência de uso dos benefícios disponibilizados; compreender as percepções dos adolescentes sobre a importância do programa e seus impactos em suas vidas; e reunir sugestões para o aprimoramento da divulgação e da efetividade da política pública voltada à juventude.

4 RESULTADOS

Com base nos dados coletados de 757 respondentes, a presente análise tem como objetivo compreender a percepção dos jovens sobre o programa ID Jovem, especialmente no que diz respeito à sua importância, alcance, benefícios percebidos e possibilidades de aprimoramento. O programa, instituído pelo Decreto nº 8.537/2015, visa garantir o acesso à cultura, ao esporte e à mobilidade aos jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos, sendo, portanto, uma política pública de inclusão social relevante no contexto nacional.

Antes da aplicação do questionário, foi realizada uma breve apresentação do projeto aos alunos, com o intuito de contextualizá-los sobre o que é o programa ID Jovem, seus objetivos, requisitos para adesão e os benefícios proporcionados. Essa introdução permitiu que os participantes compreendessem melhor a proposta da pesquisa, contribuindo de forma mais consciente e informada com suas respostas.

Figura 1 – Faixa etária e perfil dos estudantes participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2025

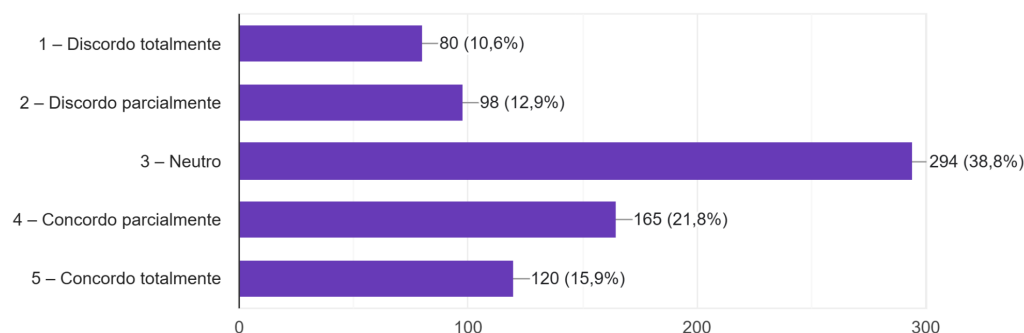
A maioria dos participantes está concentrada na faixa etária de 15 a 18 anos (95,9%), seguida por 3% de jovens entre 12 e 14 anos, o que confirma a forte presença de estudantes do ensino fundamental e médio entre os respondentes. A escassa representação de jovens entre 19 e 29 anos pode sugerir uma lacuna na divulgação ou interesse do público-alvo mais velho pelo programa. Conforme aponta Abramo (2005), a juventude é um grupo heterogêneo, e políticas públicas que não consideram essa diversidade geracional correm o risco de serem ineficazes em determinados segmentos.

Quanto à análise das percepções sobre o programa, foram identificados:

Figura 2 – Percepção dos jovens sobre a divulgação geral do programa ID Jovem.

1- O ID Jovem é um projeto de acesso aos jovens, onde todos tem conhecimento dessa plataforma devido a divulgação ampla que consegue alcançar todos os jovens.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

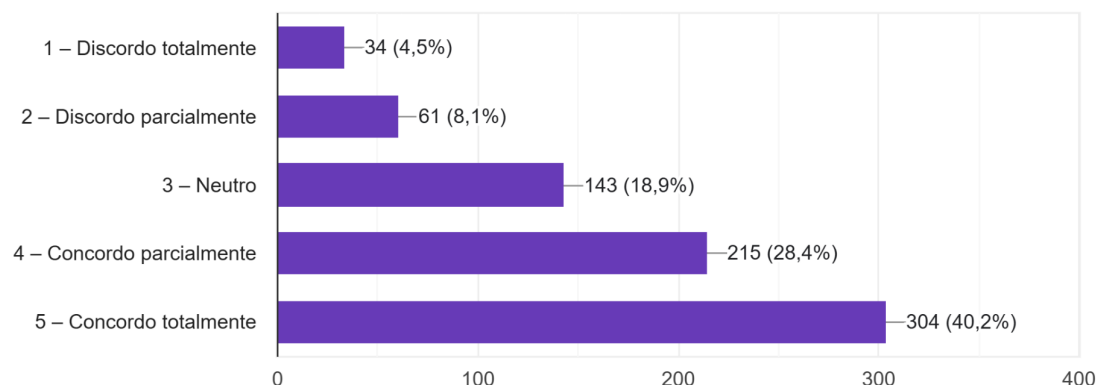
Com 38,8% de respostas neutras e 21,8% de discordância parcial ou total, os dados indicam um déficit na comunicação institucional. A ausência de informações claras compromete o engajamento e a adesão dos beneficiários, especialmente em um cenário onde as mídias digitais são fundamentais para o alcance juvenil (Lemos, 2013).

A comunicação pública precisa se adequar às dinâmicas de consumo informacional da juventude, marcada por interações rápidas, visuais e informais nas redes sociais. Matos e Rocha (2021) reforçam que políticas sociais voltadas aos jovens devem investir em estratégias comunicacionais que utilizem linguagens acessíveis e canais de alto engajamento, como Instagram e TikTok. Segundo Almeida e Ferreira (2022), há uma tendência de subutilização das mídias digitais pelas instituições públicas, que ainda operam com modelos comunicacionais verticalizados e pouco atrativos. Portanto, uma política como o ID Jovem precisa não apenas existir, mas ser percebida como relevante e acessível pelo público ao qual se destina.

Figura 3 – Compreensão dos estudantes quanto aos benefícios oferecidos pelo ID Jovem

2- É de entendimento do público -alvo do ID Jovem que os benefícios oferecidos pelo ID Jovem (meia-entrada em eventos, transporte interestadual gratuito ou com desconto).

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

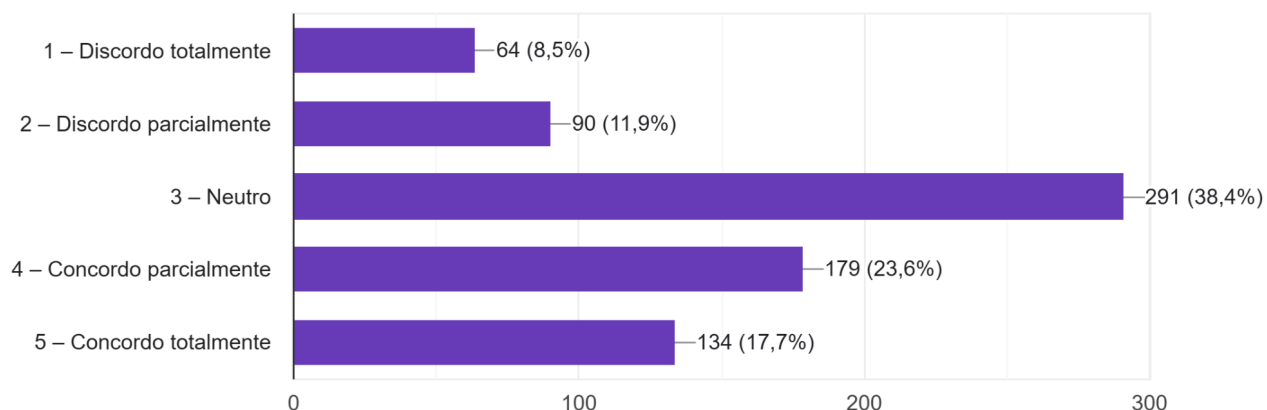
Os respondentes em 68,6% afirmaram compreender os benefícios, como meia-entrada e transporte interestadual gratuito, evidencia-se que a proposta do programa atinge parcialmente seu objetivo informativo. Segundo Costa et al. (2020), a eficácia de programas sociais depende diretamente da clareza com que os direitos são apresentados aos usuários.

Contudo, compreender os benefícios não significa, necessariamente, utilizá-los ou reconhecê-los como relevantes para o cotidiano. Oliveira e Fernandes (2022) apontam que a pedagogia dos direitos deve estar presente em toda a jornada do usuário, desde o acesso à informação até a execução prática dos benefícios. Além disso, Mendes e Carvalho (2023) destacam que a apropriação dos direitos sociais está profundamente relacionada à identificação subjetiva do jovem com o programa, o que depende de fatores como linguagem, representação e pertencimento.

Figura 4 – Facilidade de acesso e usabilidade do cadastro no ID Jovem

3- O cadastro para o acesso ao ID Jovem é disponibilizado com ampla divulgação e fácil acesso ao seu público-alvo.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Cerca de 41,3% dos respondentes consideram o acesso ao ID Jovem fácil, enquanto 38,4% se mantêm neutros. Esse quadro aponta para entraves que podem ser tanto tecnológicos quanto burocráticos. A inclusão digital, nesse sentido, é um fator crucial, pois a desigualdade no acesso às tecnologias dificulta o exercício pleno da cidadania (Castells, 2003).

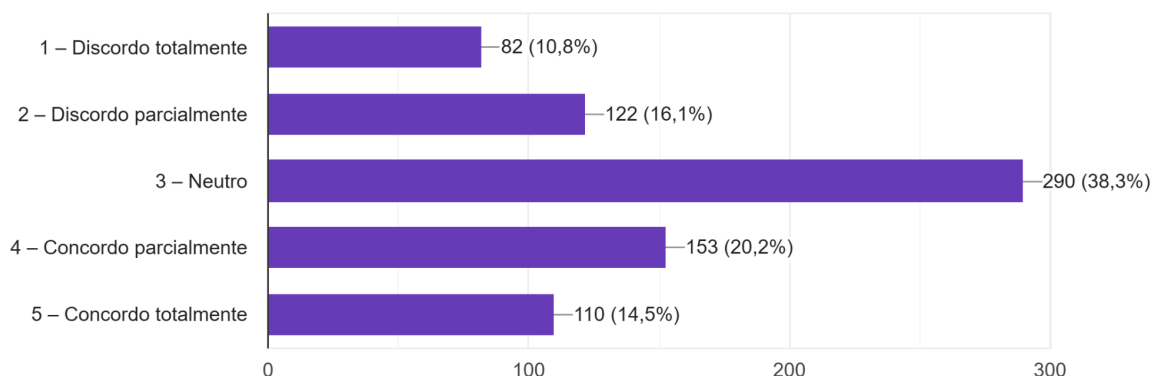
Silva e Batista (2021) ressaltam que políticas públicas digitais precisam considerar a infraestrutura tecnológica disponível nos territórios e o letramento digital dos usuários. Em regiões onde o acesso à internet é precário ou inexistente, programas digitais acabam reforçando desigualdades. Segundo Amaral e Pinto (2022), a simplificação de cadastros e a integração com outras bases de dados, como o CadÚnico, são estratégias que poderiam facilitar a adesão e reduzir a burocracia.

Além disso, a dependência de aplicativos e sites pouco intuitivos pode desencorajar o jovem, especialmente aqueles com menor familiaridade com ferramentas digitais.

Figura 5– Nível de conhecimento sobre a exigência do CadÚnico para acesso ao ID Jovem.

4- É de conhecimento geral do público-alvo do ID jovem que para ter acesso ao programa necessita-se estar cadastrado no CadÚnico.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

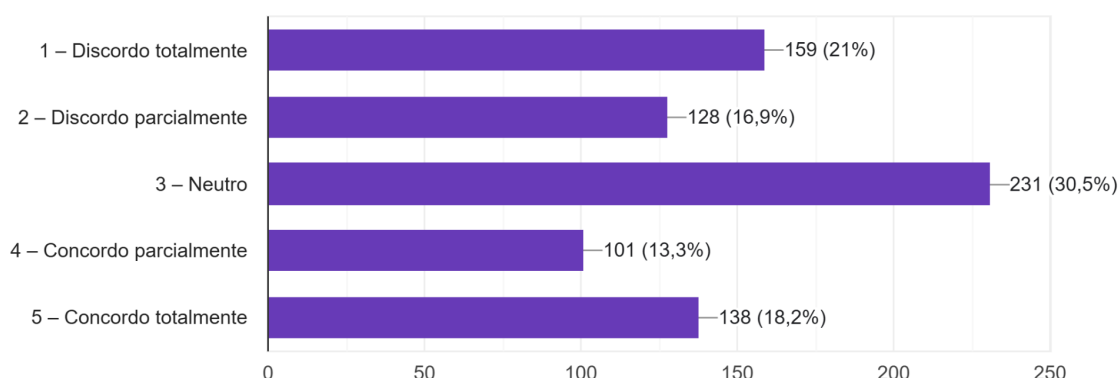
Os dados apresentados na Figura 6 demonstram que uma parcela expressiva dos jovens ainda desconhece a obrigatoriedade do Cadastro Único como requisito para o acesso ao programa ID Jovem. Esse resultado evidencia uma lacuna importante na comunicação institucional, uma vez que o CadÚnico é o principal instrumento utilizado pelo governo para identificar famílias de baixa renda e viabilizar o acesso a benefícios sociais. Conforme apontam Silva e Sousa (2018), a falta de clareza sobre critérios técnicos e requisitos administrativos em programas sociais tende a limitar a adesão de potenciais beneficiários, sobretudo entre grupos com menor escolaridade.

Essa situação revela não apenas falhas de divulgação, mas também desafios relacionados à linguagem e à acessibilidade das informações. Pereira (2020) observa que o uso de terminologias burocráticas e pouco pedagógicas nas políticas públicas dificulta a compreensão do cidadão sobre seus direitos e procedimentos de acesso. Nesse sentido, a comunicação sobre o ID Jovem deve ser repensada, adotando estratégias mais didáticas e compatíveis com o perfil juvenil, para que o CadÚnico seja entendido como uma porta de entrada para a inclusão social, e não como um obstáculo. Além disso, Carvalho e Lima (2022) destacam que a articulação entre educação, assistência social e juventude é essencial para garantir que informações fundamentais sobre programas governamentais cheguem de maneira acessível e compreensível ao público-alvo.

Figura 6 – Conhecimento dos estudantes sobre o critério de renda familiar exigido

5- É de conhecimento geral do público-alvo do ID Jovem que para ter acesso ao programa a família deverá ter renda mensal de até dois salários mínimos.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Cerca de 26,9% dos jovens não sabiam da necessidade de cadastro no CadÚnico e 37,9% desconheciam o critério de renda. Isso evidencia uma falha na comunicação de informações técnicas essenciais para a elegibilidade, o que pode comprometer o acesso ao benefício por jovens em situação de vulnerabilidade (Silva & Sousa, 2018).

Pereira (2020) destaca que o desconhecimento dos critérios de acesso é uma barreira estrutural nas políticas públicas brasileiras, muitas vezes resultado da linguagem tecnocrática utilizada pelas instituições. Freire e Gomes (2021) argumentam que a linguagem acessível deve ser considerada um direito comunicacional, especialmente quando se trata de populações com menor escolaridade.

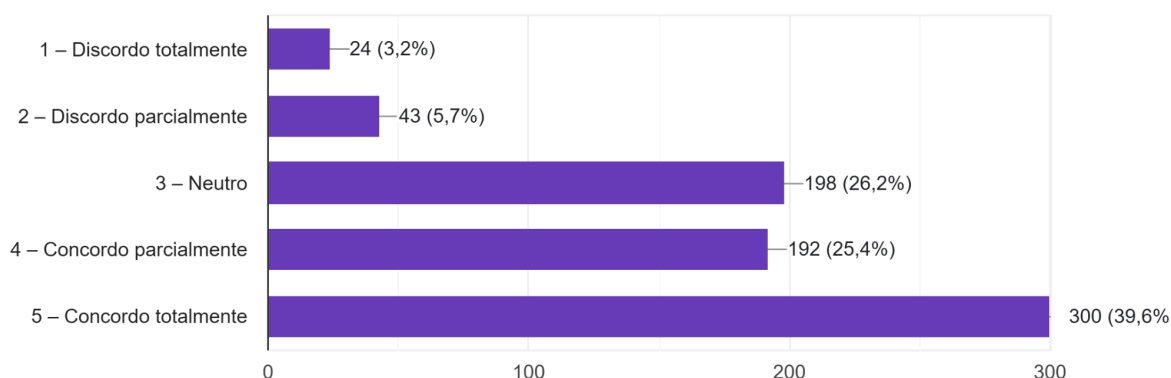
A integração entre setores — como assistência social, educação e juventude — também é apontada por Carvalho e Lima (2022) como fator essencial para garantir que os jovens recebam as orientações necessárias sobre os critérios de elegibilidade.

Sobre a percepção de benefícios e sugestões de melhoria, os participantes apresentaram as seguintes informações...

Figura 7 – Interesse dos jovens na ampliação dos benefícios do programa ID Jovem

6- O ID Jovem deveria ser um programa que abrange mais serviços de benefícios ao seu público-alvo?

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

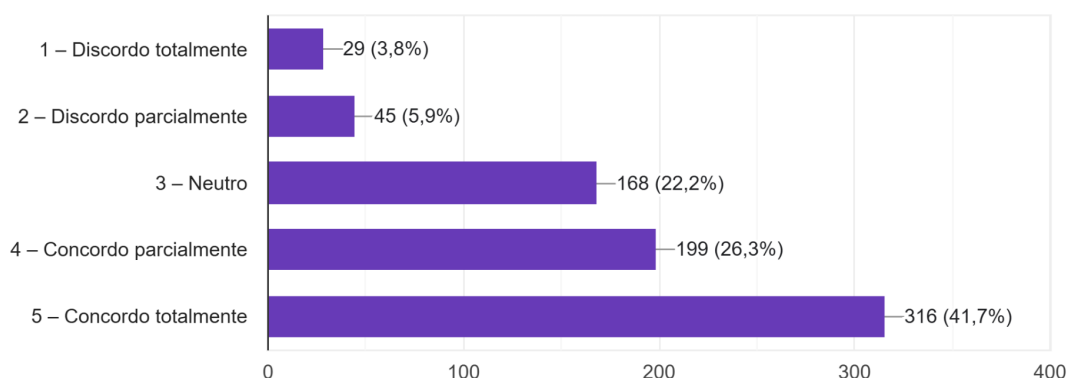
A maioria (65%) dos participantes demonstrou interesse na ampliação do ID Jovem, incluindo novas áreas como educação e trabalho. Esse dado revela um anseio da juventude por políticas mais abrangentes que dialoguem com suas múltiplas demandas. Segundo Dayrell (2007), a juventude é uma fase marcada por intensas transições e pela busca por autonomia, sendo essencial que políticas públicas acompanhem essa complexidade.

Além disso, a ampliação dos benefícios pode consolidar o programa como ferramenta de desenvolvimento humano. De acordo com Lima e Barbosa (2022), políticas que integram educação, trabalho e mobilidade promovem maior impacto social e contribuem para a emancipação juvenil. Borges e Almeida (2023) reforçam que a interseccionalidade entre áreas é um critério essencial para o sucesso de programas voltados a jovens em vulnerabilidade social.

Figura 8 – Preferência dos jovens por inclusão de outros tipos de transporte no programa

7- Você concorda que o ID Jovem deveria abranger uma maior variedade de meios de transporte para o uso do programa?

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

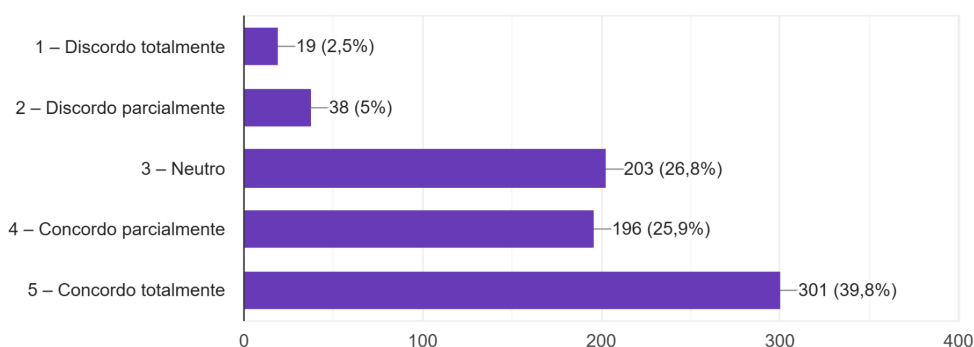
Mais de 68% desejam a inclusão de outros modais de transporte, como urbano e intermunicipal. A limitação atual, que prioriza apenas o transporte interestadual, restringe o uso cotidiano do benefício, especialmente em regiões metropolitanas e zonas rurais. Maricato (2001) já destacava que a mobilidade urbana é um direito fundamental nas cidades, pois impacta diretamente o acesso a serviços públicos e oportunidades.

Segundo Gonçalves e Ribeiro (2021), a ampliação para o transporte urbano permitiria que o ID Jovem contribuísse efetivamente para a permanência escolar e para a inserção em programas de estágio e emprego. Além disso, Mendes (2023) argumenta que a falta de acesso ao transporte público local reforça ciclos de exclusão social, principalmente entre jovens de periferias.

Figura 9 – Opinião dos estudantes sobre o impacto do transporte nas oportunidades educacionais e profissionais

8- O benefício de gratuidade ou desconto no transporte interestadual ampliaria minhas oportunidades educacionais ou profissionais.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

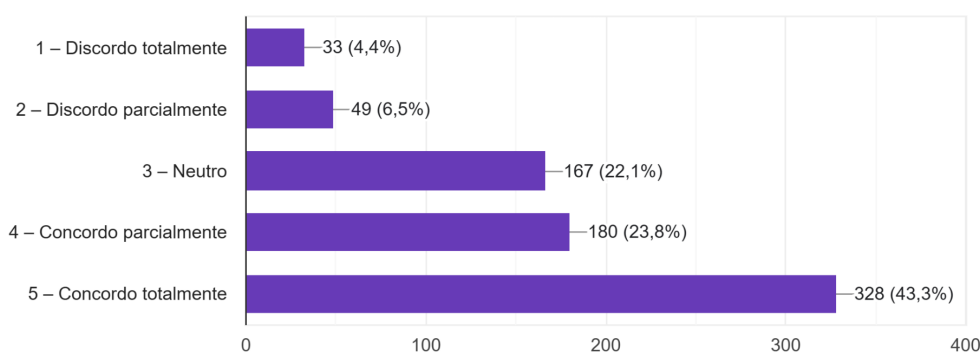
Com 65,7% apontando o transporte como chave para oportunidades, o programa é percebido como instrumento de inclusão e mobilidade social, em consonância com a literatura que reconhece o papel da locomoção na garantia do direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Ferreira e Rocha (2022) apontam que a mobilidade influencia diretamente a continuidade nos estudos e o acesso ao primeiro emprego, especialmente para jovens que residem em áreas distantes dos centros urbanos. Para Souza e Maciel (2023), integrar o ID Jovem com programas de qualificação profissional e educação técnica seria uma estratégia eficaz para potencializar seus impactos.

Figura 10 – Relevância do benefício da meia-entrada para o acesso à cultura e ao lazer

9- O benefício de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer me incentivaria a sair mais.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A concordância de 67,1% reforça a importância da cultura como componente do desenvolvimento juvenil. O acesso a atividades culturais é uma das formas de garantir direitos simbólicos e de participação social (Carrano, 2011).

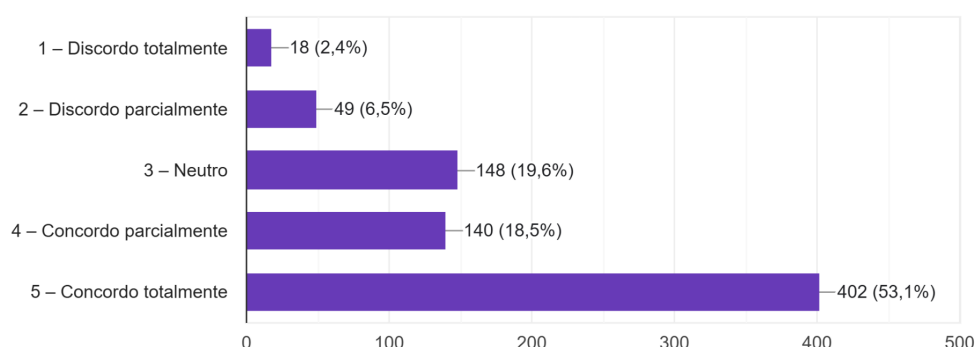
Além disso, o lazer tem sido reconhecido por autores como Telles e Silva (2021) como espaço de produção de subjetividade, identidade e resistência, sendo especialmente importante em territórios marcados por vulnerabilidades. Conforme Costa e Nascimento (2022), a democratização do acesso à cultura contribui para a formação cidadã dos jovens, promovendo o pertencimento e a valorização das expressões locais.

Quanto à divulgação do Programa, obtivemos as seguintes respostas:

Figura 11 – Avaliação da divulgação do ID Jovem nas mídias sociais pelos participantes

10- Você acha que o programa deveria ter uma melhor divulgação nas plataformas sociais usadas pelos jovens?

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

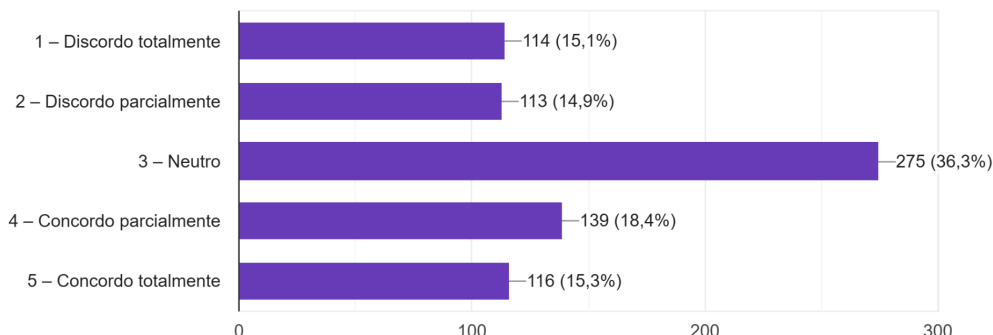
A percepção de que a divulgação em redes sociais é insuficiente (53,1%) destaca a necessidade de campanhas mais segmentadas, utilizando linguagens e plataformas apropriadas para o público jovem (Sodré, 2014).

De acordo com Lima e Gonçalves (2023), as estratégias de comunicação devem considerar os hábitos digitais dos jovens, utilizando narrativas mais visuais e interativas. Para Silva e Matheus (2022), o uso de influenciadores digitais e campanhas com linguagem gamificada pode aumentar significativamente o engajamento juvenil com programas sociais.

Figura 12 – Avaliação da divulgação do programa ID Jovem nas escolas

11- A divulgação do programa ID Jovem na minha escola é suficiente?

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

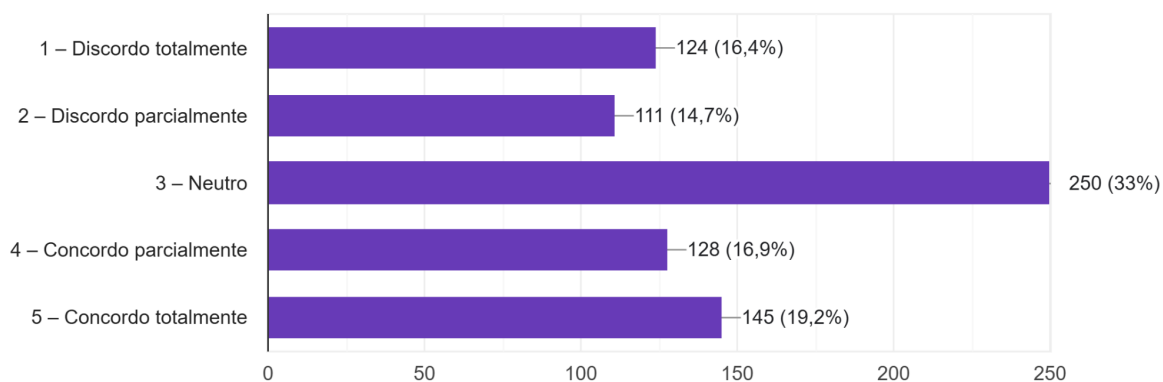
Apenas 33,7% afirmam que a divulgação nas escolas é satisfatória, o que é preocupante, já que o ambiente escolar é o espaço privilegiado de socialização juvenil. Segundo Arroyo (2012), a escola deve ser agente ativo de acesso a políticas sociais.

Nunes e Carvalho (2022) argumentam que professores e gestores escolares devem ser capacitados para atuar como mediadores de direitos, ampliando o alcance de programas como o ID Jovem. Para Barros e Lima (2023), parcerias entre secretarias de educação e juventude são fundamentais para integrar esses temas ao currículo escolar e à prática pedagógica.

Figura 13 – Grau de informação geral percebido pelos jovens sobre o programa

12- Eu me sinto informado(a) sobre como acessar e utilizar os benefícios do programa.

757 respostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A falta de informação apontada por 31,1% dos respondentes reforça a urgência de campanhas educativas contínuas e multicanal, capazes de atingir os diversos perfis da juventude brasileira.

Segundo Reis e Martins (2023), a informação acessível e contínua é condição para que os jovens se sintam parte dos processos democráticos e se apropriem dos recursos a que têm direito. Além disso, Teixeira (2021) defende que políticas de juventude eficazes devem incluir mecanismos permanentes de escuta e feedback, ajustando-se às mudanças culturais e tecnológicas.

De maneira geral, os resultados evidenciam que o ID Jovem é reconhecido pelos estudantes como um programa relevante para o acesso à cultura, ao lazer e à mobilidade, mas ainda apresenta fragilidades no que diz respeito à sua divulgação e efetividade. O desconhecimento de informações básicas, como a exigência do CadÚnico e o limite de renda familiar, demonstra que parte do público elegível permanece à margem do benefício não por falta de direito, mas por ausência de informação clara e acessível. As percepções coletadas também indicam o desejo dos jovens por uma ampliação do programa, incluindo benefícios relacionados à educação, ao trabalho e ao transporte urbano. Esses resultados reforçam que o fortalecimento do ID Jovem depende não apenas da continuidade de suas ações, mas da adoção de estratégias comunicacionais mais inclusivas e de políticas integradas que tornem o programa efetivamente próximo da realidade juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento e o uso do programa ID Jovem entre estudantes da Escola de Referência em Ensino Médio Santos Cosme Damião, em Igarassu – PE, buscando compreender como os jovens percebem o programa, seus benefícios e os desafios enfrentados para acessá-lo. Trata-se do primeiro levantamento sistemático sobre o tema nesta escola, trazendo dados quantitativos inéditos para a região.

Os resultados indicam que o conhecimento sobre o programa é limitado: 43% dos estudantes afirmaram nunca ter ouvido falar do ID Jovem, 26,9% desconhecem a exigência de inscrição no CadÚnico e 37,9% não sabiam do critério de renda familiar. Esses achados evidenciam que a principal barreira para o acesso aos benefícios é a falta de informação clara e acessível, e não o desinteresse dos jovens. Entre os estudantes que conhecem o programa, 68,6% afirmaram compreender os benefícios, sendo a meia-entrada em eventos culturais o principal atrativo, seguida pelo transporte interestadual gratuito. Esses dados reforçam que o ID Jovem desempenha um papel importante na promoção do acesso à cultura, ao lazer e à mobilidade, dimensões essenciais para a cidadania juvenil.

A análise revelou ainda que, apesar do reconhecimento do programa, a divulgação permanece insuficiente, especialmente nas redes sociais e no ambiente escolar, indicando a necessidade de estratégias comunicacionais mais efetivas. Nesse sentido, a escola se destaca como espaço estratégico para disseminação de informações sobre políticas públicas, podendo atuar como mediadora entre jovens e o poder público. Este estudo contribui para o debate sobre a efetividade das políticas públicas voltadas à juventude, oferecendo dados inéditos que podem orientar ações de divulgação e melhorias no programa. Recomenda-se intensificar o uso das mídias digitais, integrar iniciativas escolares e estabelecer parcerias entre escolas, secretarias de juventude e órgãos públicos, ampliando o alcance do ID Jovem e garantindo que mais jovens compreendam seus direitos e saibam acessá-los.

Por fim, a pesquisa aponta caminhos para estudos futuros, como avaliar o impacto de novas estratégias de divulgação ou a inclusão de benefícios adicionais

— transporte urbano gratuito, capacitação profissional — que poderiam tornar o programa mais abrangente e efetivo. O ID Jovem, portanto, pode consolidar-se não apenas como um benefício social, mas como um instrumento de inclusão e emancipação juvenil, fortalecendo o protagonismo e a cidadania dos jovens na região.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. I. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Juventude e Sociedade: Sociedade Brasileira de Sociologia*, São Paulo, n. 6, p. 13-44, 2005.

ABRAMO, Heloísa. Considerações sobre juventude e política social. In: ABRAMO, Heloísa; BRANCO, Pedro (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

ALMEIDA, Juliana; FERREIRA, Robson. Comunicação pública e juventude: desafios digitais em tempos de plataformas. *Revista Comunicação & Sociedade*, v. 44, n. 1, p. 77-95, 2022.

ALMEIDA, R. S. A educação superior e suas implicações na inclusão social. *Revista Brasileira de Educação Superior*, v. 7, n. 2, p. 115-130, 2019.

AMARAL, Lucas; PINTO, Cecília. Transformação digital e inclusão: limites e possibilidades no acesso a políticas públicas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 2, p. 213-231, 2022.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Fernanda; LIMA, André. Educação e juventude: articulações possíveis. *Revista Educação em Perspectiva*, v. 14, n. 3, p. 60-78, 2023.

BORGES, Letícia; ALMEIDA, Marcelo. Juventude em foco: interseccionalidade nas políticas públicas. *Revista Estudos Urbanos*, v. 29, n. 2, p. 99-116, 2023.

BRASIL. Decreto nº 8.537, de 5 de outubro de 2015. Regulamenta o benefício da Identidade Jovem e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 192, p. 5, 6 out. 2015.

BRASIL. Governo do Brasil. *ID Jovem: Identidade Jovem*. Disponível em: <https://www.gov.br/juventude/pt-br/idjovem>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *PACES: Programa de Auxílio à Conectividade dos Estudantes*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CARDOSO, L.; LIMA, M. A mobilidade social e os benefícios do ID Jovem. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2020.

CARDOSO, L.; LIMA, M. Desafios na divulgação de programas sociais para jovens no Brasil. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 3, p. 45-58, 2020.

CARRANO, Paulo. Cultura e participação juvenil: desafios das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 155-172, 2011.

CARRANO, Paulo; SPOSITO, Marília P. Juventude e políticas públicas no Brasil: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, p. 1-15, 2020.

CARVALHO, Pedro; LIMA, Sérgio. Intersetorialidade e juventude: um olhar sobre o CadÚnico. *Revista Brasileira de Políticas Integradas*, v. 6, n. 2, p. 87-104, 2022.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, Andréa et al. Políticas públicas e juventude: desafios para a efetivação dos direitos sociais. *Revista Katálisis*, v. 23, n. 1, p. 5-15, 2020.

COSTA, A. A. et al. Políticas públicas e juventude: reflexões sobre a efetividade de programas sociais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 121-135, 2020.

COSTA, João; NASCIMENTO, Rafael. Cultura e juventude: caminhos para inclusão social. *Revista Cultura e Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 45-62, 2022.

DAYRELL, Juarez. A juventude como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, p. 28-44, 2007.

FACEBOOK. Página oficial do Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/governodobrasil>. Acesso em: 22 abr. 2025.

FERREIRA, Ana; ROCHA, Davi. Mobilidade e juventude: um estudo sobre acesso e permanência. *Revista Cidades e Educação*, v. 25, n. 1, p. 114-130, 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Ana Paula; GOMES, Tiago. Direito à informação clara: a linguagem acessível como instrumento de cidadania. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 12-30, 2021.

GOOGLE PLAY. Aplicativo ID Jovem 2.0. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.idjovem2&hl=pt_BR&pli=1. Acesso em: 22 abr. 2025.

GONÇALVES, Paulo; RIBEIRO, Carla. Mobilidade urbana e juventude periférica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 23, n. 1, p. 150-167, 2021.

INSTAGRAM. Página oficial do Governo do Brasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/governodobrasil/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Sistema de transporte coletivo urbano: problemas e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LIMA, Bruno; BARBOSA, Viviane. Políticas públicas integradas: juventude, trabalho e educação. *Revista Políticas Públicas e Cidadania*, v. 10, n. 3, p. 202-219, 2022.

LIMA, Rafael; GONÇALVES, Letícia. Estratégias comunicacionais para o público jovem: desafios das políticas públicas. *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 45, n. 1, p. 33-50, 2023.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 121-192.

MATOS, Beatriz; ROCHA, Daniel. Juventude conectada e políticas públicas: um desafio comunicacional. *Revista de Políticas Públicas Digitais*, v. 2, n. 1, p. 56-70, 2021.

MENDES, Luana. Mobilidade e exclusão social: juventudes periféricas em trânsito. *Revista Estudos da Juventude*, v. 20, n. 1, p. 19-36, 2023.

MENDES, Luana; CARVALHO, Flávio. Identidade juvenil e apropriação das políticas públicas. *Revista Interações*, v. 24, n. 1, p. 91-108, 2023.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH). Políticas públicas reforçam compromisso do governo com a população jovem. Dez. 2022. Aponta execução orçamentária para programas da juventude no período 2019–2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) e MMFDH. Acordo de cooperação técnica firmado em setembro de 2023 para criação de novos indicadores para políticas de direitos humanos (incluindo juventude) no Brasil.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE
Campus Igarassu
Curso de Bacharelado em Administração
Pesquisa: “Conhecimento e uso do Programa ID Jovem na Escola Santos Cosme Damião em Igarassu”

O ID Jovem é um projeto de acesso aos jovens, onde todos tem conhecimento dessa plataforma devido a divulgação ampla que consegue alcançar todos os jovens.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

É de entendimento do público -alvo do ID Jovem que os benefícios oferecidos pelo ID Jovem (meia-entrada em eventos, transporte interestadual gratuito ou com desconto).

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

O cadastro para o acesso ao ID Jovem é disponibilizado com ampla divulgação e fácil acesso ao seu público-alvo.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

É de conhecimento geral do público-alvo do ID jovem que para ter acesso ao programa necessita-se estar cadastrado no CadÚnico.

1 – Discordo totalmente

2 – Discordo parcialmente

3 – Neutro

4 – Concordo parcialmente

5 – Concordo totalmente

É de conhecimento geral do público-alvo do ID Jovem que para ter acesso ao programa a família deverá ter renda mensal de até dois salários mínimos.

1 – Discordo totalmente

2 – Discordo parcialmente

3 – Neutro

4 – Concordo parcialmente

5 – Concordo totalmente

O ID Jovem deveria ser um programa que abrange mais serviços de benefícios ao seu público-alvo?

1 – Discordo totalmente

2 – Discordo parcialmente

3 – Neutro

4 – Concordo parcialmente

5 – Concordo totalmente

O ID Jovem poderia ser mais abrangente nos meios de transporte em que o beneficiário pode usar o programa?

1 – Discordo totalmente

2 – Discordo parcialmente

3 – Neutro

4 – Concordo parcialmente

5 – Concordo totalmente

O benefício de gratuidade ou desconto no transporte interestadual ampliaria minhas oportunidades educacionais ou profissionais.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

O benefício de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer me incentivaria a sair mais.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

A divulgação do programa ID Jovem na minha escola é suficiente?

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

Eu me sinto informado(a) sobre como acessar e utilizar os benefícios do programa.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Neutro
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente